As Novas Regras e Normas de Faturação - Simplificação, Harmonização e Modernização de Normas para Entidades Publicas

Objetivos Gerais:

Numa altura em que a Administração Fiscal aumenta o controlo sobre a conformidade das faturas emitidas pelas empresas e organismos públicos, a Comissão Europeia adotou uma proposta de Diretiva com o objetivo de simplificar, harmonizar e modernizar as normas sobre a faturação. Este Curso tem como objetivo dotar os participantes dos conhecimentos sobre as novas regras de faturação e as repostas para as questões com que as empresas se vêm confrontadas.

Objetivos Específicos:

No final deste Curso os participantes saberão:

- Dominar as normas aplicáveis às faturas;
- Avaliar o grau de conformidade das faturas emitidas e recebidas pelas empresas e organismos públicos e ponderar os riscos potenciais do sistema interno de faturação da empresa;
- Analisar a Proposta de Diretiva de 28/01/2009.

Destinatários

Este Curso destina-se a todos os Responsáveis pela área fiscal, financeira ou contabilísticos, financeiros e contabilistas, técnicos oficiais de contas e revisores oficiais de contas, advogados.

Carga Horária

7 Horas

Conteúdos Programáticos

Módulo I - Faturas e documentos equivalentes

- Definição de Fatura;
- Definição de Nota de débito;
- Definição de Nota de crédito;
- Definição de Venda a dinheiro;
- Definição de Recibo.

Módulo II - O que deve ser faturado?

- Venda de bens;
- Prestações de serviços;
- Regularizações;
- Outros casos específicos.

Módulo III - Quem deve faturar e quando?

- Condições para emitir uma fatura ou documento equivalente;
- Quais as obrigatoriedades das faturas e documentos equivalentes;
- Quais os prazos das faturas e documentos equivalentes.

Módulo IV - Qual o suporte das faturas?

- Suporte papel;
- Suporte eletrónico.

Módulo V - Requisitos obrigatórios das faturas ou documentos equivalentes (de acordo com o IVA e com o código das sociedades comerciais)

- Data e numeração;
- Identificação do destinatário ou adquirente;
- Especificação dos bens transmitidos ou dos serviços prestados;
- Valor líquido de imposto, e os outros elementos incluídos no valor tributável;
- As taxas aplicáveis e o montante de imposto (IVA) devido;
- O motivo justificativo da não aplicação do IVA (se aplicável);
- Data em que os bens foram colocados à disposição do adquirente, em que os serviços realizados ou em que foram efetuados pagamentos anteriores à realização das operações, se essa data não coincidir com a da emissão da fatura.

Módulo VI - Conservação e arquivo das faturas: consequências da escolha

- Regras para a conservação das faturas e documentos equivalentes (emitidos em suporte papel e em suporte eletrónico);
- Regras para o arquivo das faturas e documentos equivalentes (emitidos em suporte papel e em suporte eletrónico).

Módulo VII - Regras de faturação em Organismos Públicos

- Faturação de Prestação de Serviços;

- Obrigação processamento faturas eletrónicas: Art.º3 Código contratos Públicos.
- Faturação Águas: Decreto Lei 114/2014.

Módulo VIII - Certificação de software e ficheiros saf-t

- Alterações exigidas;
- Obrigatoriedade da utilizar software certificado;
- Exceções;
- A exportação para ficheiros SAF-T.

Módulo XI - Esclarecimento de dúvidas

- Sessão de perguntas e respostas;
- Casos práticos.